Cidadania comunicativa e políticas demográficas em Cuba: da mídia governista à mídia alternativa¹

Elisa Beatriz Ramírez HERNÁNDEZ² Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

Resumo: O artigo analisa a abordagem da temática do envelhecimento populacional na mídia cubana, a partir da noção de cidadania comunicativa (MATA, 2006). Aborda-se as potencialidades desse conceito para a construção de narrativas midiáticas que privilegiem a voz dos sujeitos, sobretudo de grupos invisibilizados. Cuba é o país mais envelhecido da América Latina, o que revela desafios para desenvolvimento social e econômico. Articulam-se, nesse contexto, as potencialidades e os limites que identificam os espaços da mídia governista e da mídia alternativa cubana. A análise dos dois principais jornais governistas revelou a preferência pelo uso de dados estatísticos e a ausência de vozes populares na abordagem da temática. Isso contrasta com as estratégias de recentes meios alternativos digitais que viabilizam o protagonismo dos cidadãos comuns nos relatos apresentados.

Palavras-chave: Cidadania comunicativa; envelhecimento populacional; Cuba; mídia cubana.

1. Considerações iniciais

Uma nova sociabilidade emerge no mundo contemporâneo, marcada pela influência das novas tecnologias, os efeitos da globalização e a centralidade da cultura como expressão constitutiva de nossa cotidianidade. Com essa mudança, assistimos também ao surgimento de novas estratégias de apropriação de sentido no terreno da comunicação, onde convergem forças dominantes e subalternas em uma luta contínua pela representação política hegemônica na sociedade.

Os meios de comunicação pública deixaram de se reconhecer apenas como articuladores dos campos sociais, para constatarmos que "a constituição e o funcionamento da sociedade – de suas práticas, lógicas e esquemas de codificação – estão atravessados e permeados por pressupostos e lógicas do que se denominaria a cultura da mídia" (FAUSTO NETO, 2007, p. 92). Esse processo é descrito como midiatização, ou passagem da sociedade de meios à sociedade midiatizada. Sodré (2004) refere-se igualmente a esse fenômeno ao definir a mídia como uma ambiência, uma forma de

¹Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XVII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 40° Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação na UFMG. Membro do grupo de pesquisa Margem. Email: elisabeatriz88@gmail.com

vida, o que chama de *bios midiático*. Na interface entre comunicação e política, estabelecem-se conexões entre o cenário midiático, a atuação de mecanismos atrelados à cidadania e a função do Estado na consecução de políticas públicas que respondam aos interesses dos setores sociais mais vulneráveis e da população em geral.

Levando em consideração a influência da mídia no espaço público atual, emergem algumas articulações com o campo das Políticas Públicas (PP):

A mídia é um fator de influência no processo das PP no jogo político contemporâneo, podendo ser um relevante ator que pode interferir na formação da agenda política, na percepção de certos problemas sociopolíticos, além de configurar-se em uma arena de disputa de discursos entre os outros atores, criando novos canais para o alargamento da democracia e de representação política além das formas tradicionais (PENTEADO; FORTUNATO, 2015, p. 136).

Partindo dessas noções, propomos uma análise da abordagem midiática de problemáticas demográficas em Cuba, com o objetivo de aprofundamento nas potencialidades dos meios de comunicação para gerar enquadramentos favoráveis às políticas públicas desde uma perspectiva cidadã. A Demografia é uma ciência interdisciplinar que estuda o comportamento das dinâmicas populacionais³ desde um enfoque quantitativo e qualitativo. Consideramos que a abordagem das questões demográficas na mídia pode contribuir em grande medida na identificação e solução de complexas situações demográficas que exprimem condições sociais de educação, saúde, trabalho e renda, moradia, família, mobilidade, etc.

Os estudos demográficos referem-se, fundamentalmente, à vida das pessoas, porém, costumam ficar restritos aos corredores acadêmicos ou nas gavetas de instituições do governo e agências de desenvolvimento. Os meios de comunicação limitam-se geralmente a publicar resultados de censos e extensos reportes estatísticos. Os sujeitos objeto dessas pesquisas raramente se tornam sujeitos comunicantes no espaço público. Para ir além dessa realidade, precisamos nos questionar: como estão sendo usados os dados e as análises demográficas na mídia? Como o cenário midiático que aborda essa problemáticas incorpora ou não uma perspectiva cidadã?

Essas questões nos levaram a examinar o caso de Cuba e as especificidades de uma realidade demográfica e midiática bem particular, resultado do desenvolvimento por mais de meio século de um sistema político e econômico diferente do resto do mundo. O objeto empírico do estudo se divide em dois grupos de mídia: meios governistas

_

³ Fecundidade (quantidade de filhos por mulher); Mortalidade; Migração.

impressos e meios alternativos digitais. Aplicou-se a técnica de análise de conteúdo qualitativo nas matérias que focam em questões demográficas nos dois principais jornais do país: *Granma* (Gr.) e *Juventud Rebelde* (JR), assim como foram avaliadas algumas estratégias, recursos e tendências jornalísticas de meios alternativos que apareceram recentemente no panorama da Ilha, como *Periodismo de Barrio* e *El Estornudo*.

A partir do conceito de *cidadania comunicativa* (MATA, 2006), visamos analisar como esses grupos midiáticos têm apresentado a problemática do envelhecimento populacional em Cuba e as múltiplas dimensões envolvidas, desde uma abordagem cidadã. Ao nos aproximarmos desse fenômeno demográfico, nos referimos também ao resultado de um processo histórico experimentado pelas várias gerações que sucederam ao triunfo da Revolução Cubana em 1959 e ao papel que a mídia desempenha nos diferentes processos sociais em Cuba.

2. As múltiplas faces do envelhecimento populacional em Cuba

Cuba tem a população mais envelhecida da América Latina e as projeções destacam que chegará a ser, em 2050, o nono país com população mais idosa do mundo. Especialistas indicam que esse país experimenta uma transição demográfica avançada, ou seja, há mais de três décadas a fecundidade e a mortalidade alcançaram valores baixos que não permitem a reposição populacional. Essa situação representa desafios importantes para as famílias, a interação comunitária, o Estado e a sociedade cubana, o que demanda ampliar e reorientar programas sociais de bem-estar e saúde já implementados na Ilha (DE ARMAS; QUIÑONES, 2010).

As causas da baixa fecundidade apresentada no país são variadas: o desenvolvimento de um sistema de saúde pública com uma cobertura de acesso universal; a legalização do aborto (desde 1979) e o uso ampliado de métodos anticoncepcionais; outros fatores sociais que incidem no planejamento da família cubana, como são os altos níveis de educação e escolarização que se alcançaram no país pelo acesso gratuito ao ensino público de qualidade; assim como o empoderamento da mulher em várias esferas da vida laboral e pública (DE ARMAS, 2008). Além disso, as expectativas no momento da procriação se direcionam à formação de famílias pouco numerosas, associadas fundamentalmente às dificuldades de obtenção de moradia e às severas limitações econômicas existentes no país, assim como a fragilidade familiar devido a altas taxas de divórcios e separações (ALFONSO, 2006).

A migração é outro componente que incide nos câmbios da estrutura por idades na população cubana, devido, fundamentalmente, ao êxodo de pessoas jovens em idade reprodutiva e idade laboral. A migração tem sido assumida como projeto de vida da população e constitui parte intrínseca dos planos individuais e familiares, como solução dos problemas de caráter econômico que enfrentam, segundo pesquisas (DE ARMAS, 2008)⁴.

3. Cidadania comunicativa: perspectivas teóricas em contexto

A questão da cidadania tomou relevância para os estudos políticos na década de 1990 devido, segundo alguns autores, à evolução natural do discurso político e às tendências e acontecimentos significativos na área em escala mundial (FOLETTO, 2012). Nesse viés, continuam sendo fundamentais os aportes teóricos de Marshall (1967) sobre a efetivação de direitos de tipos civis, políticos e sociais dos indivíduos que pertencem a uma comunidade. Contudo, Almeida *et al.* (2010) observam que o conceito clássico de cidadania liberal "se limita a incorporar os sujeitos a um sistema de aquisição formal e legal de direitos previamente reconhecidos (...) No entanto, a formalização de direitos não garante a existência de um espaço público e da sociabilidade política" (p. 3).

Mas essa não é uma noção estática, pois concordamos com Peruzzo (2009, p. 34), ao destacar que:

A cidadania é histórica: avança em sua qualidade, uma vez que os direitos se aperfeiçoam ou são ampliados. A percepção do que vem a ser um direito — da pessoa, de grupos humanos, dos animais, entre outros, varia no tempo e no espaço. Tende a avançar em qualidade, dependendo do grau de organização e da força mobilizadora da sociedade civil para forçar sua legitimação e consecução por meio do poder do Estado, do Poder Legislativo e do capital.

A autora se refere aos direitos de terceira geração, reconhecidos na segunda metade do século XX, que não apenas privilegiam o indivíduo, mas os diferentes grupos sociais que compõem uma nação. Esses direitos levam em consideração a diversidade do *status* social das pessoas em suas diferenças, a partir de critérios como sexo, idade, condições físicas; essas são, como vimos, algumas das variáveis consideradas nas dinâmicas

4

⁴A temática migratória possui uma elevada conotação política em Cuba, o que influencia as abordagens demográficas e sua apresentação nos meios de comunicação de massa. Após a Revolução Cubana de 1959, houve vários momentos de êxodo migratório na Ilha, por razões políticas (no início) ou econômicas (mais tarde). A legislação cubana, desde 1961, tem identificado o ato de migrar como traição à Pátria, referindo-se àqueles grupos da burguesia afetados pela nacionalização da propriedade privada no processo revolucionário.

demográficas. São esses grupos sociais específicos que correspondem àqueles setores sociais desfavorecidos no exercício da cidadania, os protagonistas de lutas de reivindicação social, que encontram espaços fundamentalmente nos meios alternativos de comunicação.

Nesse sentido, Almeida; Guindani e Morigi (2010) indicam que as relações entre mídia e cidadania têm seus inícios na década de 1960, com as reflexões sobre comunicação dos silenciados, os sem voz. É estabelecida, assim, uma interface com os estudos que abrangem aportes teóricos em comunicação alternativa e para mudança social, o que se faz presente na nossa análise dos meios alternativos cubanos.

Nesse percurso teórico, as reflexões sobre midiatização, o advento da era da informação e o interesse por compreender a relação dos públicos com os meios de comunicação motivaram as primeiras propostas para a construção de um conceito de *cidadania comunicativa* na década de 1990 (BONA; CARVALHO, 2015). Seguindo os aportes de Mata (2006), entendemos a cidadania comunicativa como "o reconhecimento da capacidade de ser sujeito de direito no terreno da comunicação pública e o exercício desse direito" (p. 13, tradução nossa).

A pesquisadora argentina destaca que essa noção incorpora os chamados direitos tradicionais, mas refere-se também à ampliação daqueles pela adesão de novas vozes cidadãs, a reorganização das agendas públicas e o desenvolvimento de práticas que garantam os direitos no espaço comunicativo (MATA, 2006). O conceito envolve também várias dimensões como a sua projeção jurídica, o pragmatismo ou possibilidade de ação, e os valores sociais e culturais de igualdade de oportunidades, qualidade de vida e solidariedade etc. (MATA et al., 2009).

Para uma melhor compreensão da cidadania comunicativa, se articulam alguns conceitos derivados dos critérios expostos anteriormente: a *cidadania comunicativa formal* (direitos civis como à liberdade de expressão, à informação etc., regulamentados juridicamente); a *cidadania comunicativa reconhecida* (o conhecimento dos indivíduos sobre esses direitos que lhes são inerentes como integrantes de uma comunidade); a *cidadania comunicativa exercida* (as práticas sociais reivindicatórias desses direitos); a *cidadania comunicativa ideal* (representa uma meta ideal de democratização e mudança social) (MATA *et al.*, 2009).

No caso de Cuba, embora o sistema socialista garanta leis que protegem os grupos sociais tradicionalmente mais vulneráveis e advogue pela igualdade social, as

regulações legais sobre os direitos na área da comunicação e ação políticas são extremamente deficientes. A Constituição cubana (CUBA, 2010) declara no artigo 54 que os cidadãos têm direito "à mais ampla liberdade de palavra e expressão"; e, no artigo 53, se estabelece que a liberdade de palavra e imprensa deve se comportar "de acordo com os fins da sociedade socialista". Além dessas disposições constitucionais, não existem leis que possam regular efetivamente o exercício desses direitos no país, uma legislação específica sobre comunicação e informação, nem uma lei concreta que possa nos indicar se estamos atuando ou não "de acordo aos fins da sociedade socialista".

Nesse panorama, a realização de uma cidadania comunicativa se depara com ambiguidades jurídicas e a consequente dificuldade para o exercício desses direitos, uma forte intervenção do Estado em todas as esferas sociais e relações verticais governo-instituição-cidadão. Essas limitações de caráter político e ideológico no sistema cubano encontram um paralelo em outros países capitalistas na forte dominação das lógicas do mercado e interesses dos grupos de poder econômico. Podemos dizer que, dependendo do contexto, são múltiplas as barreiras à socialização dos meios de comunicação que afetam à cidadania. O Estado socialista cubano controla a produção midiática, enquanto outros países capitalistas experimentam uma alta concentração da propriedade dos meios de comunicação pública (BONA; CARVALHO, 2015).

Nesse sentido, propomos focar nas potencialidades da *cidadania comunicativa reconhecida* e em sua relação com dimensões socioculturais, por considerarmos que é por meio do reconhecimento consciente desses direitos que os cidadãos são capazes de transformar o arcabouço jurídico, promover ações afirmativas e políticas públicas rumo a uma verdadeira transformação social.

A questão da identidade tem sido incorporada por Cortina (2005) como parte inerente à cidadania, junto ao *status* legal e moral, sob o viés do movimento comunitário. A autora espanhola faz um elo entre essa percepção de pertencimento de um cidadão a uma comunidade e as possibilidades de adesão aos princípios de uma sociedade estável: "A adesões raramente são suscitadas com teorias racionais, e precisam antes apelar para laços ancestrais de pertença, para essas raízes históricas e tradicionais que constituem a outra face da alma" (p. 5). Seguindo essas reflexões, Wottrich (2013) convida ponderar como a passagem do discurso para a ação define a condição cidadã dos sujeitos, e

destaca a necessidade de pensar o contexto social em que a cidadania comunicativa se configura, nos apelos à identidade e à busca pela alteridade.

Mata (2006) aponta que os meios de comunicação de massa apresentam os cidadãos a partir de diferentes perspectivas, como sujeitos de necessidade, em situações de precariedade; de demandas, com posicionamentos críticos e de denúncia; ou de decisão, portadores do poder eletivo dos governantes. Neste artigo apresentamos algumas considerações sobre como a noção cidadania comunicativa permite analisar a aparição dos sujeitos sociais no cenário midiático.

4. A imprensa estatal cubana: sujeitos sem rosto

A Revolução Cubana inaugurou um caminho socialista que demandou a transformação radical da base econômica e social do país. O governo investiu no desenvolvimento da educação e saúde públicas, na igualdade de classes, na distribuição social da riqueza e na autodeterminação política. A partir desse momento, as pressões externas de países e organismos internacionais dificultaram o desenvolvimento econômico da Ilha. A imprensa cubana, subordinada ao Departamento Ideológico do Comité Central del Partido Comunista de Cuba (PCC), é voltada para a legitimação do sistema político estabelecido na Ilha. Os jornais analisados neste artigo são as únicas publicações diárias que sobreviveram à crise econômica iniciada em 1990, após a queda do socialismo na Europa do Leste que suportava a economia cubana.

Granma (Gr.) é a publicação oficial do PCC e principal órgão de imprensa no país, com uma linha editorial bem mais fechada do que outras publicações cubanas. Já *Juventud Rebelde* (JR), segundo jornal em importância, mesmo respondendo igualmente aos interesses governistas da organização política Unión de Jóvenes Comunistas (UJC), possui uma abordagem mais aberta. O período de análise das matérias vai desde 2002 até 2015, levando em consideração o impacto da publicação dos dados do censos realizados em 2002 e em 2012 (esses últimos resultados foram publicados em 2014).

Sobre as temáticas de "envelhecimento populacional" ou "baixa fecundidade", foram localizadas em Gr. um total de 39 matérias no período estudado, enquanto JR publicou 110 matérias entre 2004 e 2015, pois não se encontraram registros nos dois primeiros anos da análise. A frequência de publicação mostrou um comportamento similar para ambos os casos, com aumento do número de matérias por ano. Embora a diferença



entre os dois seja sempre muito marcada, pois teve anos nos quais Gr. não teve matérias sobre o tema (2004, 2005 e 2009), o crescimento exponencial dessas publicações ao longo da década revela a crescente preocupação por uma situação que, de fato, tem um impacto maior a longo prazo.

A utilização de recursos da linguagem apontam para o enfoque que predomina nas matérias estudadas. Observamos o uso frequente da expressão envelhecimento populacional, mais do que baixa fecundidade, em correspondência com a terminologia empregada em documentos do governo. O enfoque geral se volta mais para o "sucesso" da vida longa e menos para o "problema" da baixa fecundidade. Em correspondência com as políticas públicas implementadas pelo governo, a abordagem geral das matérias destaca principalmente a qualidade dos serviços públicos na atenção dos idosos e o impacto do envelhecimento populacional na economia do país.

O fenômeno é apresentado com referências positivas à alta expectativa de vida em Cuba e às reduzidas taxas de mortalidade infantil. Há ênfase em causas que reforçam o status político do governo, como são o amplo desenvolvimento da educação e saúde públicas, que viabiliza estratégias de planejamento familiar, e o empoderamento das mulheres. As reflexões sobre o impacto da migração nesse contexto são mínimas ou quase inexistentes, ainda que existam considerações de estudos demográficos sobre a influência desse componente (DE ARMAS, 2008).

A contradição surge quando as conquistas sociais destacadas na mídia são atribuídas ao sucesso do sistema socialista, enquanto as matérias elogiam que tais parâmetros são próprios dos chamados países do primeiro mundo, todos capitalistas. Devemos entender, portanto, que uma sociedade com preocupantes níveis de envelhecimento populacional é sinônimo direto de desenvolvimento, no nível de um primeiro mundo? No caso, o que se entende por desenvolvimento em ambos os contextos indicados? Um tratamento mais aprofundado demanda a incorporação no discurso midiático das vozes cidadãs dos jovens que não procriam, e não apenas dos idosos que envelhecem. Na análise das matérias escolhidas dos jornais, constatamos poucos critérios das pessoas que representam as estatísticas usadas.

As principais fontes de informação que encontramos são em excesso repetitivas: especialistas das principais instituições demográficas⁵ e funcionários do Ministério de

⁵Centro de Estudos Demográficos de la Universidad de La Habana (CEDEM) e o Centro de Estudios de Población y Desarrollo (CEPDE), subordinado à Oficina Nacional de Estadísticas e Información (ONEI).

Saúde Pública, assim como alguns médicos especialistas no tratamento de idosos. Essa estratégia de uso de fontes institucionais privilegia a apresentação dos sujeitos de decisão (funcionários e analistas), posicionados acima dos sujeitos de necessidade e demanda.

De forma geral, observamos que as matérias sobre envelhecimento populacional são motivadas por eventos específicos: a publicação de resultados de pesquisa, dados estatísticos, conferências e congressos na área. Consequentemente, o tratamento do tema é fundamentalmente informativo, já que o objetivo é visibilizar acontecimentos ou critérios de especialistas sobre o assunto através de notícias e entrevistas. A ausência de gêneros mais interpretativos, como a reportagem, limita as possibilidades de mergulhar nessa complexa temática, assim como nas expressões de cidadania no espaço midiático. O uso das fontes, o enfoque e a linguagem que analisamos estão correlacionados a essa preferência por gêneros informativos para tratar do tema. JR publicou 51 informações, 28 entrevistas, 18 artigos de opinião e 11 reportagens. No caso de Gr. pode-se dizer que quase 100% correspondem a notas informativas.

Existem trabalhos em Gr. que tentam incorporar os protagonistas das histórias, com a abordagem de questões de gênero e tematizando os preconceitos que afetam pessoas da terceira idade, mas continuam com o foco na efetividade das políticas públicas de assistência aos idosos, como nas matérias *Ay, Aurora no me eches al abandono...*, que trata da questão do lazer na terceira idade, e ¿Como paso mi vejez? sobre a qualidade na rede de atendimento aos idosos. Em 2015, Gr. publicou uma serie de duas reportagens que tentavam analisar a temática em profundidade, porém, não conseguiram incorporar fontes diversas. Ao final, o texto não responde à pergunta formulada no título, aliás muito representativo da questão: *Cuba envejece: ¿éxito o problema?*.

Já JR., com uma política editorial mais flexível, aponta para alguns dos problemas relacionados com o fenômeno do envelhecimento populacional e explora outras *faces* desde um olhar crítico. O trabalho *Ayuda que todos necesitaremos* revela a insuficiência de recursos técnicos para a atenção médica à totalidade dos idosos no país; enquanto a reportagem *Quebrar el desamparo* (*I*), alude às precárias dificuldades de moradia, o que influencia a constituição familiar na sociedade cubana.

Outras matérias relevantes são as entrevistas *Población cubana: entre el mínimo y el máximo* e *La vejez que pesa sobre los jóvenes*; assim como os artigos de opinião *El*

espejo de la vida e Cuba encanece. Dentre as 11 reportagens identificadas na amostra de JR, El suspiro de laciugueña consegue se aprofundar nas múltiplas dimensões do fenômeno do envelhecimento populacional, mas falha pela ausência dos protagonistas reais envolvidos nessa problemática. As intenções de aportar reflexões mais amplas, questionamentos às insuficiências econômicas e uma melhor utilização dos recursos jornalísticos nessa publicação, representativa da juventude cubana, não garantem a presença das vozes dos jovens na discussão midiática.

As considerações sobre cidadania comunicativa no contexto cubano passam pela excessiva politização do discurso público. Os sujeitos, por meio do reconhecimento de seus direitos e da construção de referências à identidade nesses espaço comum, seriam capazes de contribuir para a transformação de políticas públicas na direção certa.

5. Meios alternativos em Cuba: a cidadania possível

Vários autores estudam as relações entre cidadania e mídia alternativa, à luz das reflexões sobre democratização da sociedade (BONA; CARVALHO, 2015; ALMEIDA; GUINDANI; MORIGI, 2010; PERUZZO, 2009). São múltiplas as evidências de que "a comunicação comunitária e o jornalismo alternativo expressam rica diversidade de práticas e contribuempara a ampliação do *status* da cidadania" (PERUZZO, 2009, p. 33). A partir dessa perspectiva, trazemos à discussão o papel dos meios alternativos no cenário estudado.

Novos espaços midiáticos aparecem em Cuba no contexto do debate sobre as recentes reformas do governo, viabilizados pelo avanço das tecnologias digitais. Mesmo com um acesso à internet de apenas 27% (ONEI, 2015) da população cubana, percebe-se um incremento nos últimos anos do fluxo comunicativo online, com a aparição de novos atores midiáticos, representados em blogs, revistas digitais e meios chamados independentes. A imprensa internacional, como o jornal espanhol *El País* (DE LLANO, 2016) e a agência de notícias IPS (2016), destacam a renovação do panorama midiático na Ilha com plataformas como *Periodismo de Barrio* (jornalismo de bairro) e *El Estornudo* (o espirro).

Periodismo de Barrio (PB) é uma "organização jornalística sem fins lucrativos" fundada em 2015 com a proposta de "diversificação das agendas midiáticas, políticas e editoriais (...) discursos e vozes nos espaços públicos de comunicação" (PB, 2015a, tradução própria). Seu Código de Ética define que as liberdades de expressão e

informação são necessárias "para promover uma participação cidadã consciente e preservar a democracia, soberania, a justiça social, a solidariedade, a dignidade humana e a natureza" (PB, 2015b, tradução própria).

Apesar dos obstáculos e da falta de reconhecimento pelo governo, em menos de dois anos de vida, esse meio já mostrou possibilidades de desenvolvimento, em Cuba, de um jornalismo com perspectiva de cidadania e com foco nas comunidades locais. Embora não apareçam ainda matérias dedicadas especificamente ao envelhecimento populacional, encontramos muitos trabalhos sobre temáticas correlacionadas a esse fenômeno, com um tratamento completamente diferente do que analisamos na imprensa governista.

Assuntos como as migrações e as dificuldades de moradia em Cuba são abordadas a partir das histórias de pessoas que vivem em "comunidades vulneráveis". As reportagens mostram uma investigação profunda das estatísticas, da legislação e das políticas públicas, mas o protagonismo é dos cidadãos. O jornalista não fala sozinho nem é o centro das matérias, tampouco os funcionários públicos, pois estes nem poderiam dar declarações para meios não governistas. A reportagem *Migrantes* aborda a temática das condições de vida das pessoas que migram do interior do país para a capital e carecem de acesso a direitos sociais, por se encontrarem em uma situação de residência ilegal na cidade durante muitos anos. Essa matéria apresenta uma abordagem profunda das estatísticas de migração nacional, mas o foco está voltado para os sujeitos que contam a história: as crianças, as mulheres, as famílias que experimentam esse tipo de situações.

Em uma edição dedicada aos problemas de moradia na Ilha, aparecem matérias interessantes como *La Pampa, Microbrigadas, Carmen 106, Subsidiados, La Mudanza*, este último nomeado ao Prêmio de Jornalismo Gabriel García Márquez em 2016. É assim que as pessoas se tornam sujeitos cujas necessidades e demandas são visibilizadas pela mídia, no reconhecimento do outro, do que é comum aos cidadãos que pertencem a uma mesma realidade.

O meio *El Estornudo* (2016) nasceu como uma espécie de "reação alérgica crônica aos problemas do organismo", diz seu fundador (DE LLANO, 2016), seguindo a metáfora do que representam os meios alternativos no contexto cubano. Dessa forma, aposta também em uma abordagem crítica de temáticas como migração, moradia, emprego e renda, entre outros, a partir de recursos do jornalismo narrativo e literário. Destacam-se

as matérias sobre migração (externa, interna) como *Las huellas de los pies secos y pies mojados*, *Forasteros transitórios*, *Nómada*, *La Habana no es para todos los cubanos*; assim como outras matérias que mostram a realidade dos cubanos através das histórias. Não se trata do sensacionalismo comum dos grandes meios de comunicação que usam a vida das pessoas em função do espetáculo. O valor desses relatos se constata na qualidade dos recursos narrativos, na efetividade de técnicas jornalísticas, na crítica coerente com a realidade do país e na defesa de uma dimensão ética, como parte de uma agenda alternativa à mídia hegemônica (governista).

Para a avalição dessas novas experiências midiáticas na Ilha, é preciso considerar que os meios estudados são de caráter recente e ainda devemos observar o seu desenvolvimento em um futuro próximo. Por outro lado, o impacto nacional de qualquer comunicação digital em Cuba é ainda limitado, devido ao escasso acesso à internet no país.

6. Considerações finais

As potencialidades de enfoques midiáticos que considerem uma dimensão de cidadania comunicativa viabilizam a abordagem das problemáticas sociais a partir do ponto de vista das pessoas envolvidas em conflitos da vida cotidiana. Nessa aproximação entre a mídia e os cidadãos, concordamos com Foletto (2016) quanto às dimensões ligadas à noção de cidadania comunicativa poderem ser correlacionadas à pesquisa sobre sujeitos comunicantes: a contextual (como o contexto incide na demanda, participação e interrelação entre os sujeitos); metodológica (necessidade de observar e analisar a questão da cidadania pelo prisma dos sujeitos); e teórica (a construção, renovação e problematização do conceito de cidadania no campo das Ciências Sociais e o desenvolvimento do seu aspecto comunicativo)

Dessa forma, consideramos que os estudos com base na cidadania comunicativa devem levar em consideração as características próprias de um sistema político determinado, os códigos de representação dos diferentes grupos sociais e os valores históricos que definem o reconhecimento dos direitos por essa comunidade. O diálogo que se estabelece entre as narrativas jornalísticas e a identidade popular terá de incorporar estratégias de apropriação dos sujeitos no espaço público, processos de legitimação política e midiática, assim com os imaginários que configuram o que entendem esses sujeitos por cidadania.

A difícil situação econômica de Cuba, o amplo desenvolvimento da educação e saúde públicas, o empoderamento das mulheres e a questão migratória são alguns dos fatores que podem estar correlacionados ao sistema político mantido em Cuba e ao fenômeno do envelhecimento populacional. Esses elementos condicionam a atuação da mídia como veículo mediador e constitutivo de demandas.

Segundo a análise apresentada, a abordagem do panorama demográfico na imprensa estatal cubana está marcada por duas características fundamentais: o excesso de estatísticas e a repetição do formato de palestra, ou seja, um especialista na área que disserta sobre o assunto. Embora a análise demográfica contribua com resultados úteis para se abordar o problema da baixa fecundidade em Cuba em suas múltiplas arestas, a mídia mostra ainda um tratamento fragmentado e unidirecional no desdobramento do tema.

Nesse panorama, as estratégias discursivas e a política editorial de novos meios alternativos indicam um caminho a seguir na transformação do sistema de comunicação pública na Ilha, por meio de propostas que se aproximam de práticas de cidadania comunicativa. Os exemplos analisados coincidem no deslocamento do foco das vozes oficiais para as vozes populares, na visibilidade aos sujeitos de necessidade e demanda no debate público sobre situações complexas que atravessam o país.

Em geral, os meios alternativos em Cuba advogam por uma lei de imprensa para regular os direitos dos cidadãos no terreno midiático; executam ações de apropriação da liberdade de expressão que lhes corresponde; favorecem o reconhecimento que os sujeitos devem ter sobre esses garantias fundamentais; e finalmente, propõem uma mudança em direção à democratização da sociedade. Esse perfil corresponde às dimensões mencionadas que estruturam o conceito de cidadania comunicativa: legal, exercida, reconhecida e ideal.

As discussões apresentadas neste artigo serão ampliadas posteriormente, levando em consideração as repercussões das reformas econômicas e sociais acontecidas em Cuba e a evolução das relações diplomáticas com os Estados Unidos. Espera-se uma mudança no panorama migratório da Ilha após a eliminação, em 2017, da política norte-americana conhecida como "pés secos, pés molhados", que outorgava direitos de residência aos cubanos que chegavam ilegalmente nos Estados Unidos.

Cabe a futuros estudos acompanhar o desenvolvimento da mídia alternativa cubana diante dos desafios da nação caribenha. Não é apenas a população cubana que envelhece

aceleradamente, pois a mídia precisa também de soluções urgentes para não ficar por muito mais tempo em um estado de "terceira idade". Ao final, essa média de 78 anos de "esperança de vida" dos cubanos deveria se tornar a realidade completa de uma vida com esperança.

REFERÊNCIAS

ALFONSO, J. C. El descenso de la fecundidad en Cuba: de la Primera a la segunda transición demográfica. **Revista Cubana de Salud Pública**, v.32 n.1, p. 1-13, 2006.

ALMEIDA, Cristovão D.; GUINDANI, Joel F.; MORIGI, Valdir J. A prática de cidadania comunicativa na experiência de rádio comunitária.In: XIX Encontro anual da Compós, GT Comunicação e Sociabilidade, 2010. Río de Janeiro. **Anais...** Río de Janeiro: Compós, 2010. Disponível em: https://goo.gl/HRXHwR>. Acesso em: 10/04/2017.

BONA, N. C.; CARVALHO, G. G. **Jornalismo Alternativo: conceito atual, ambiência digital e a busca da cidadania comunicativa**. II Seminário de Jornalismo e Cidadania na Hipermídia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa – PR., 2015. Disponível em: https://goo.gl/4oA3Ds. Acesso em: 25/05/2017.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2005.

COSTA FILHO, Ismar Capistrano; ANDRADE, Mônica Araújo. A cidadania comunicativa no programa Debates do Povo: as ritualidades do uso social. Revista Rádio-Leituras, Mariana-MG, v. 06, n. 01, pp. 85-103, jan./jun. 2015. Disponível em: https://goo.gl/1by3z6>. Acesso em: 10/04/2017.

CUBA. **Constitución de la República de Cuba, 1976**. La Habana: Editora Política, 2010, p.1-54.

DE ARMAS, Marisol A. **No es lomismo pero es igual: A singularidade da segunda transição demográfica em Cuba**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, 2008.

DE ARMAS, Marisol A.; QUIÑONES, Rolando G. **Envejecimiento, políticas sociales y sectoriales en Cuba**. Seminario Internacional Sobre Políticas Gerontológica, Buenos Aires, Argentina, 2010. Disponível em:https://goo.gl/Qf8k6F>. Acesso em: 12/05/2017

DE LLANO. Brotes de periodismo cubano. **Diario El País**, [22 mar. 2016]. Disponível em: http://goo.gl/wbuCr1>. Acesso em: 07/09/2016.

FOLETTO, Rafael. **Presidentes de Latinoamérica: explorando a inter-relação entre cidadania comunicativa e identidades culturais para problematizar a série de documentários**. 2012. Disponível em:https://goo.gl/0NxGq4>. Acesso em: 13/15/2017

FOLETTO, Rafael. Desafios teóricos da pesquisa com sujeitos comunicantes: a contribuição da noção de cidadania comunicativa. **Chasqui (13901079)**, v. 131, 2016. Disponível em: https://goo.gl/YdwZXq>. Acesso em: 10/05/2017

IPS. **Nuevos medios alternativos en Cuba retan visión oficial.** [4 mar. 2016]. Disponível em: http://goo.gl/EPjVQY. Acesso em: 25/05/2017.

MARSHALL, T.H. Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MATA, Maria Cristina *et al.* Ciudadanía comunicativa: aproximaciones conceptuales y aportes metodológicos. In: PADILLA FERNÁNDEZ, Adrián; MALDONADO, ALBERTO (org.). **Metodologías transformadoras**: "Tejiendo la Red em Comunicación, Educación e Integración en América Latina". Caracas: Fondo Editorial CEPAP: UNESR, 2009.

MATA, María Cristina. Comunicación y ciudadanía: problemas teóricos-políticos de su articulación. In: **Fronteiras – Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v.8, n.1, p.5-15, jan-abr, 2006.

MINSAP, MINISTERIO DE SALUD PÚBLICA DE CUBA. **Anuário Estadístico de Salud 2015.** La Habana, 2016. Disponível em:https://goo.gl/znPf7a. Acesso em: 20/12/2016.

FAUSTO NETO, Antonio. Fragmentos de uma "analítica" da midiatização. **Matrizes** (USP. Impresso), v. 1, p. 89-105, 2008. Disponível em:<https://goo.gl/qOJEuz>. Acesso em: 15/05/2017

ONEI, OFICINA NACIONAL DE ESTADÌSTICAS E INFORMACIÓN. **Anuario Estadístico de Cuba 2014. Capítulo 17: tecnología de la información y las comunicaciones.** La Habana,2015. Disponível em: https://goo.gl/0vlQ75>. Acesso em: 12/05/2017.

PENTEADO, Claudio Camargo; FORTUNATO, Ivan. Mídia e políticas públicas: possíveis campos exploratórios. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 87, p. 129-142, 2015. Disponível em:https://goo.gl/R08zyc>. Acesso em: 15/04/2017

PERIODISMO DE BARRIO (PB). ¿Por qué hacer Periodismo de Barrio en Cuba hoy?, 2015a. Disponível em:http://bit.ly/2jtq2wt>. Acesso em: 23/09/2016.

PERIODISMO DE BARRIO (PB). **Código de ética**, 2015b. Disponível em:https://goo.gl/TpRud2>. Acesso em: 23/05/2017

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 11, n. 1, p. 33-43, 2009. Disponível em:https://goo.gl/uvejSj. Acesso em: 15/06/2017

SODRÉ, Muniz. A ciência do comum: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 189-311.

WOTTRICH, Laura Hastenpflug. Cidadania comunicativa: Apontamentos escassos de um campo de batalhas. IV Conferência Sul-Americana e IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã, Curitiba-PR., 2013. Disponível em:https://goo.gl/tgDwXH>. Acesso em: 05/06/2017